

## SELEÇÃO PÚBLICA

# Estágio remunerado - Direito

### INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

### Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do candidato;
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo:  A  B  C  D ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 2hs (duas horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao candidato pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o candidato deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O candidato poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. **CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;**
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do candidato.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

[www.defensoria.ce.def.br](http://www.defensoria.ce.def.br)

 [fb.com/DefensoriaCeara](https://www.facebook.com/DefensoriaCeara)

 [twitter.com/defensoriaceara](https://twitter.com/defensoriaceara)

**PROVA OBJETIVA****Direito Constitucional****01. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:**

**a)** a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

**b)** a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

**c)** não haverá juízo ou tribunal de exceção, salvo na hipótese de crimes perpetrados por organizações criminosas (Lei 12.850/2013) ou de terrorismo (Lei 13.260/2016).

**d)** constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

**02. Sobre a repartição de competências, assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual e tributário.

**b)** compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre propaganda comercial.

**c)** cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

**d)** é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

**03. A respeito do Poder Legislativo e do processo legislativo, assinale a alternativa INCORRETA:**

**a)** é da competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre limites

globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

**b)** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**c)** compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

**d)** a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**04. No que pertine à Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, sem a exigência de comprovação de insuficiência de recursos.

**b)** São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

**c)** a Defensoria Pública é instituição permanente, mas não essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos

individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados,.

**d)** Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

**05. Em relação à família, criança, adolescente, jovem e do idoso, assinale a alternativa INCORRETA:**

**a)** para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

**b)** é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

**c)** são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

**d)** aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

**Direito Administrativo**

**06. Sobre a Administração Pública, alternativa INCORRETA:**

**a)** a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**b)** o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

**c)** a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas

áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

**d)** as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**07. No que concerne ao poder de polícia da Administração Pública, alternativa CORRETA:**

**a)** retido o veículo de transporte rodoviário de passageiros, por prática de irregularidade que consiste na falta de correspondência entre a lista de passageiros e as pessoas efetivamente transportadas, é legal o ato de autoridade que condiciona a liberação ao prévio pagamento de multa.

**b)** a Administração Pública, no exercício do seu poder de polícia, ainda que autoexecutável, sempre deverá oportunizar ao administrado a ampla defesa e o contraditório prévios.

**c)** são atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade, a coercibilidade e a exigibilidade.

**d)** prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal (Lei 9.873/1999), direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

**08. A respeito da improbidade administrativa, alternativa a alternativa INCORRETA:**

**a)** os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**b)** é vedada a transação, acordo ou conciliação.

**c)** constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa que

enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades estabelecidas na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

**d)** a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

**09. Consoante a Constituição Federal e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:**

**a)** as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**b)** as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

**c)** a Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

**d)** Os crimes definidos na Lei 8.666/1993, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

**10. Sobre a Intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ou títulos da dívida pública.

**b)** no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sem direito à

indenização, em virtude do princípio da preponderância do interesse público.

**c)** a indenização referente à cobertura vegetal deve ser calculada em separado do valor da terra nua quando comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo interventivo na propriedade.

**d)** a pequena propriedade rural, assim definida em lei, mesmo que trabalhada pela família em regime de agricultura de subsistência, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

**Direito Civil**

**11. Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa INCORRETA:**

**a)** Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a mera correção, o prazo de *vacatio legis* continuará correndo, tendo como termo inicial a primeira publicação.

**b)** Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

**c)** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e, nos estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira, em três meses após a publicação oficial.

**d)** A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

**12. Assinale a alternativa INCORRETA:**

**a)** Salvo disposição em contrária, a lei começa a vigorar em todo o país um ano depois de oficialmente publicada.

**b)** As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

**c)** Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

**d)** A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

**13. Considerando o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça,**

**é CORRETO afirmar que o prazo prescricional para pretensão de reparação civil baseada em inadimplemento contratual é de:**

- a) 3 anos.
- b) 10 anos.
- c) 5 anos.
- d) 4 anos.

**14. De acordo com o Código Civil, sobre o negócio jurídico, é CORRETO afirmar:**

- a) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- b) a impossibilidade relativa inicial do objeto o invalida.
- c) a validade da declaração de vontade depende de forma especial, mesmo na ausência de previsão legal.
- d) os benefícios e a renúncia serão interpretados estritamente.

**15. A respeito da evicção:**

I. Não podem os contratantes, ainda que diante de cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

II. Se parcial, mas considerável, for a evicção, não é lícito ao evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

III. Nos contratos de natureza onerosa, o alienante responde pela evicção, persistindo esta garantia, pouco importando que a aquisição, por exemplo, tenha se dado em hasta pública.

Com base nessas afirmativas, pode-se dizer que:

- a) somente a afirmativa II é verdadeira.
- b) somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) somente a afirmativa I é verdadeira.
- d) somente a alternativa III é verdadeira.

**16. Fundações são Pessoas Jurídicas de Direito Privado. Em relação a esse tema, assinale a alternativa CORRETA.**

a) A fundação somente poderá se constituir para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

b) As fundações não podem sofrer danos morais.

c) A criação de fundação se fará por escritura pública ou contrato particular, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

d) Tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, o Ministério Público ou qualquer interessado poderá promover a sua extinção, incorporando-se, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, o seu patrimônio a outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

**17. No âmbito das relações entre particulares, é de extrema importância o exato conhecimento acerca da invalidade dos negócios jurídicos. Quanto ao tema, é CORRETO afirmar que:**

a) a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade

b) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, mas poderá supri-las a requerimento das partes.

c) é anulável o negócio jurídico simulado, e não subsistirá o que se dissimulou, mesmo se válido for na substância e na forma.

d) nos atos de incapazes, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado do dia em que cessar a incapacidade.

**18. Acerca dos direitos das obrigações, assinale a alternativa CORRETA.**

a) Quando se tratar de coisa incerta deverá ser indicada, ao menos, pelo gênero e pela qualidade.

b) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, com culpa do devedor, lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

c) Nas obrigações alternativas, a escolha caberá ao credor, se outra coisa não se estipulou.

d) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

**19. Sobre o instituto da responsabilidade civil e sua correlação com a responsabilidade penal, assinale a alternativa CORRETA.**

a) Se o ato ilícito ensejador do dever de reparação também configurar uma infração penal, a responsabilidade civil requer o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

b) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.

c) A responsabilidade civil é independente da criminal, cabendo ao juiz cível um completo reexame do caso - podendo inclusive divergir da decisão criminal quanto a autoria e materialidade do delito.

d) A responsabilidade civil depende da criminal, mas o juiz civil poderá divergir da decisão criminal quanto a autoria e materialidade do delito.

**20. A sociedade conjugal termina**

a) pelo divórcio que só pode ser concedido desde que haja partilha prévia de bens.

b) pela separação judicial que pode ou não pôr termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime de bens.

c) pela morte de um dos cônjuges ou tentativa de morte.

d) pela nulidade ou anulação do casamento.

**Direito Processual Civil**

**21. Patrícia ingressa com uma ação em face de Luciana, Lívia e Julia. Patrícia expressamente diz que tem interesse na autocomposição. Julia e Luciana expressam o desinteresse na autocomposição. A sessão de autocomposição ocorre. Com base na**

**história e no CPC, marque o item correto:**

a) são exemplos de autocomposição expressos no CPC: mediação, conciliação e arbitragem.

b) por ser uma autocomposição, as partes não devem ser acompanhadas pelos advogados/defensores, como forma de estimular o acordo;

c) a sessão de autocomposição deve ser sempre presencial, não podendo ocorrer por meio eletrônico.

d) é possível que a sessão de autocomposição ocorra, porque havendo litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

**22. Igor procura a Defensoria Pública, que ingressa com uma ação pleiteando a Tutela de Evidência, demonstrando seu Direito por provas documentais e tese firmada em julgamentos de casos anteriores. Com base no CPC, indique a alternativa correta.**

a) Igor não tem direito a Tutela de Evidência, pois precisa demonstrar o "periculum in mora" e o "fumus boni iuris".

b) Igor tem Direito a Tutela de Evidência, pois ela é diferente da antecipação da tutela. Na tutela de Evidência não é preciso demonstrar o perigo de dano.

c) Igor tem direito a Tutela de Evidência, mas o juiz nunca poderá decidir liminarmente.

d) todas as alternativas estão erradas.

**23. Felipe procura a Defensoria Pública para resolver problemas relacionados ao fechamento de sua pequena empresa. O defensor resolve ingressar com uma ação, que é contestada. No dia 04/09/19 (quarta-feira, que não é feriado federal, estadual ou municipal), o juiz abre vistas para réplica. Sobre essa situação pode-se afirmar:**

a) o defensor fez certo em ingressar com uma ação, pois por ser função essencial da Justiça, deve sempre tentar resolver os conflitos judicialmente.

b) a Defensoria Pública terá prazo em dobro para réplica. A regra é que a

Defensoria Pública tenha prazo em dobro, exceto quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio.

**c)** se o defensor público agir dolosamente prejudicando Felipe, ele nunca poderá ser pessoalmente responsabilizado, mas sim a instituição.

**d)** o prazo para a réplica inicia-se no dia 05/09/19 e será em dobro.

**24. Com relação a intervenção de terceiros, quais das afirmações abaixo não é verdadeira, segundo o CPC:**

**a)** existindo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

**b)** o assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes, mas não se sujeitará aos mesmos ônus processuais que o assistido.

**c)** nos casos de denúncia à lide, se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denúncia da lide

**d)** é admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu; II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

**25. Durante um processo movido por João, um novo Código de Processo Civil entregou em vigor. O que aconteceu com o processo:**

**a)** como já estava em andamento, o processo segue todo o rito do Código de Processo Civil antigo.

**b)** as normas processuais retroagem para os processos em andamento, exceto para os que já tenham sentença, sendo necessária a convalidação de alguns atos.

**c)** o novo CPC será aplicado imediatamente a todos os processos, respeitados os atos processuais já praticados e as situações jurídicas consolidadas.

**d)** A regra é que o novo CPC seja aplicado imediatamente aos novos atos processuais, com exceção dos procedimentos envolvendo menores, onde se deve olhar

sempre o seu interesse.

**26. Em determinado processo foi necessária a liquidação da decisão. Para se chegar ao valor da prestação devida, como os cálculos são complexos e há outras questões para análise, o magistrado se valeu de uma modalidade de liquidação que aceita também a perícia. Essa modalidade é:**

**a)** arbitramento

**b)** cálculo

**c)** procedimento comum

**d)** cálculo e arbitramento

**27. Não está relacionada diretamente à execução:**

**a)** prestação.

**b)** prescrição.

**c)** decadência.

**d)** pretensão.

**28. O Código de Processo Civil assim determina: " Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir". Sobre esse preceito, está correta a seguinte alternativa:**

**a)** Trata-se da regra da eventualidade ou Eventualmaxime.

**b)** O possível prejuízo decorrente da falta das alegações acima não se aplica ao Ministério Público, ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

**c)** O artigo trata do que a doutrina chama de ônus da impugnação especificada.

**d)** A ausência das alegações acima significa que os argumentos aduzidos e não impugnados devem ser tidos como verdadeiros.

**29. Qual dessas súmulas do STJ não está correta:**

**a)** faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

**b)** proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por

motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

**c)** o foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.

**d)** a incompetência relativa pode ser declarada de ofício.

**30. João da Silva ajuizou ação judicial, representado por sua genitora, contra Manoel Pereira, solicitou que este fosse condenado ao pagamento de pensão alimentícia. Na audiência de mediação, compareceram a genitora do autor, Manoel Pereira e a Sra. Maria Delmira, mãe do demandado e avó do autor. Na audiência de mediação, foi feita composição nos seguintes termos: A Sra. Maria Delmira ficaria com a guarda do infante, responsabilizando-se por todas as despesas com este, e os pais visitariam o infante livremente. Todos anuíram com a o acordo e estavam acompanhados de seus representantes jurídicos. Os autos foram conclusos ao Juízo de Família para homologação, após o parecer do Ministério Público. O magistrado deve:**

**a)** determinar a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista que o objeto do acordo foi diverso do demandado.

**b)** homologar o acordo, pois é perfeitamente possível nos termos do CPC, a composição que envolva sujeito estranho ao processo e relação jurídica que não foi deduzida em juízo.

**c)** determinar anulação da mediação e a consequente repetição do ato processual, alertando as partes que não é permitido acordo que envolva pessoa estranha ao processo.

**d)** determinar a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista a ilegitimidade da avó do infante.

### **Direito Penal**

**31. Para fins de aferição da inimputabilidade, o Código Penal adotou como regra o sistema:**

**a)** psicológico.

**b)** biológico.

**c)** biopsicológico.

**d)** desenvolvimento mental.

**32. Eduardo, Muniz e Leonardo combinaram e planejaram praticar um crime de roubo. Eduardo forneceu a arma e Muniz ficou responsável por transportar em seu veículo os corréus ao local do crime e dar-lhes fuga. À Leonardo coube a tarefa na empreitada criminoso de atrair e conduzir a vítima ao local ermo onde foi praticado o crime. Nessa situação hipotética, conforme entendimento do STJ, Muniz:**

**a)** foi partícipe e não coautor do crime de roubo, considerando que não executou o núcleo do tipo.

**b)** foi coautor do crime, mas sua atuação foi de somenos importância, donde fazer jus às benesses legais respectivas.

**c)** foi partícipe do crime, pois não possuía o controle da conduta, conforme a teoria do domínio do fato, adotada pelo CP.

**d)** foi coautor funcional ou parcial do crime, não sendo a sua participação de somenos importância.

**33. João é funcionário público de uma autarquia federal. A autarquia onde trabalha recebeu inúmeros computadores novos para substituição dos antigos, bem como para ficar no estoque, pois caso algum outro computador apresente defeito, pudesse ser substituído imediatamente. Diante da quantidade de computadores no estoque, João decidiu furtar um para si, crendo que não faria falta. João chamou seu amigo íntimo desde a infância, Gilberto, para auxiliá-lo. Gilberto iria distrair o vigia noturno, para que João saísse com o computador em uma caixa de papelão sem ser percebido. Neste caso hipotético, Gilberto:**

**a)** pelo fato de não ser funcionário público, responderá pelo crime de furto simples.

**b)** pelo fato de não ser funcionário público, responderá pelo crime de furto qualificado, por concurso de pessoas.

**c)** pelo fato de não ser funcionário público, responderá pelo crime de furto com causa de aumento de pena por ter sido praticado durante o repouso noturno, mas sem a qualificadora do concurso de pessoas.

**d)** responderá pelo crime de peculato.

**34. Segundo o Código Penal, são regras do regime semiaberto:**

**a)** O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

**b)** O trabalho externo é admissível, exceto a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

**c)** O trabalho externo é inadmissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

**d)** O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período noturno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

**35. Segundo o Código Penal, as penas restritivas de direitos são, exceto:**

- a) prestação pecuniária.
- b) perda de bens e valores.
- c) limitação de fim de semana.
- d) pagamento de indenização à vítima.

**36. Segundo o recente entendimento jurisprudencial do STJ, a qualificadora do feminicídio tem natureza:**

- a) subjetiva.
- b) pessoal.
- c) objetiva
- d) personalíssima.

**37. São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:**

**a)** homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio,

ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2o, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII).

**b)** lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2o) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

**c)** epidemia com resultado morte.

**d)** extorsão simples.

**38. São crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, exceto:**

a) Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

b) suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato.

c) modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz.

d) vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.

**39. Marque a alternativa incorreta, quanto ao entendimento jurisprudencial do STJ quanto a Lei nº 11.343/06 - Lei de Drogas:**

**a)** Para a configuração do delito de tráfico de drogas previsto no *caput* do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida.

**b)** Para fins de fixação da pena, não há necessidade de se aferir o grau de pureza da substância apreendida uma vez que o art. 42 da Lei de Drogas estabelece como critérios "a natureza e a quantidade da substância".

**c)** É prescindível a confecção do laudo toxicológico para comprovar a materialidade da infração disciplinar e a natureza da substância encontrada com o apenado no interior do estabelecimento prisional.

**d)** A falta da assinatura do perito criminal no laudo toxicológico é mera irregularidade que não tem o condão de anular o referido exame.

**40. Marque a alternativa incorreta, quanto ao entendimento jurisprudencial do STJ quanto a Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha:**

**a)** A Lei n. 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, objetiva proteger a mulher da violência doméstica e familiar que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial, desde que o crime seja cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

**b)** A Lei Maria da Penha atribuiu às uniões homoafetivas o caráter de entidade familiar, ao prever, no seu artigo 5º, parágrafo único, que as relações pessoais mencionadas naquele dispositivo independem de orientação sexual.

**c)** A violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, exigindo apenas a coabitação.

**d)** A vulnerabilidade, hipossuficiência ou fragilidade da mulher têm-se como presumidas nas circunstâncias descritas na Lei n. 11.340/2006.

**Direito Processual Penal**

**41. O inquérito policial consiste em um conjunto de diligências realizadas pela polícia investigativa, objetivando a identificação das fontes de prova e a colheita de elementos de informação quanto à autoria e à materialidade da infração penal, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo. Assinale a**

**alternativa que contém as características do inquérito policial:**

**a)** procedimento escrito, dispensável e sigiloso.

**b)** procedimento escrito, indispensável e sigiloso.

**c)** procedimento oficial, discricionário e disponível.

**d)** procedimento oficial, temporário e arbitrário.

**42. De acordo com o Código Processual Penal, assinale a alternativa INCORRETA acerca da competência:**

**a)** A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

**b)** Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

**c)** Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

**d)** Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmarse-á pelo domicílio do réu.

**43. No processo penal, caso o acusado seja citado por edital e não compareça nem constitua advogado, o processo:**

**a)** ficará suspenso.

**b)** prosseguirá normalmente, sendo designada, em regra, audiência de instrução e julgamento.

**c)** será remetido para Defensoria Pública, a fim de que apresente a resposta à acusação.

**d)** será remetido para o Ministério Público, para que informe se tem interesse em prosseguir com a ação penal.

**44. De acordo com o Código Processual Penal, assinale a**

**alternativa INCORRETA acerca de prisão preventiva:**

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública.
- b) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem econômica.
- c) A prisão preventiva poderá ser decretada por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada quando houver indícios da existência do crime e da autoria.

**45. João foi denunciado por homicídio simples (art. 121, "caput", do Código Penal). Após a instrução da ação penal, houve a pronúncia do acusado. Neste caso, contra essa sentença, a defesa poderá interpor o seguinte recurso:**

- a) Apelação
- b) Recurso em sentido estrito
- c) Recurso especial
- d) Recurso extraordinário

**46. De acordo com o Código de Processo Penal, são hipóteses de rejeição da denúncia, EXCETO:**

- a) inépcia
- b) ausência de pressuposto processual
- c) ausência de justa causa
- d) tipificação incorreta do crime pelo Ministério Público

**47. O Defensor Público, ao apresentar resposta à acusação, informa nesta que deseja arrolar testemunhas, mas que ainda não conseguiu ter contato com o réu. Em razão disso, pede para indicar o rol de testemunhas posteriormente. Sobre esta situação, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:**

- a) O magistrado pode deferir o pedido.
- b) Não pode ser deferido o pedido, tendo em vista que haverá preclusão temporal para apresentação do rol de testemunhas.

c) Poderá haver o deferimento do pedido apenas se houver concordância do Ministério Público.

d) Não haverá necessidade desse pedido, já que as testemunhas podem ser arroladas a qualquer momento.

**48. De acordo com o Código de Processo Penal, da sentença definitiva de condenação proferida por juiz singular, cabe apelação no prazo de:**

- a) 2 (dois) dias
- b) 5 (cinco) dias
- c) 8 (oito) dias
- d) 15 (quinze) dias

**49. Acerca das provas no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal:**

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- c) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- d) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não sendo facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

**50. De acordo com o Código de Processo Penal, dar-se-á habeas corpus sempre que:**

- a) alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

- b)** alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.
- c)** houver qualquer restrição de direito no processo penal.
- d)** houver qualquer restrição à prerrogativa do Defensor Público.